Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Centro Nacional de Referência Cultural
Programa de Cidades Históricas

IPHAN 5

Março/Abril 1980

SÃO NICOLAU, VIAMÃO, SÃO MIGUEL...

A PRESENÇA DA SPHAN NO SUL DO BRASIL

Em menos de dois anos de funcionamento efetivo (antes contava apenas com uma representação local) a 9.ª Diretoria Regional da SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, que cobre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, apresenta considerável acervo de realizações, entre as quais incluem-se importantes achados arqueológicos e uma combativa posição em defesa dos interesses da preservação dos bens culturais da região. As informações são de João Nicolau de Curtis, titular da Diretoria Regional.

SÃO NICOLAU

No sítio urbano da antiga missão jesuítica de São Nicolau, hoje incrustado dentro da sede do município que mantém este nome, prosseguem os trabalhos de escavações arqueológicas. A área escavada atinge, até o momento, cerca de dois mil metros quadrados, já tendo proporcionado o encontro de algumas peças e evidências de indiscutível importância. Entre o material localizado encontram-se, por exemplo, um sistema de abastecimento de água, com tomadas nas nascentes do Curuçujá, um sistema de esgoto atrás da igreja, um poço de água de forma quadrada com 25 metros de profundidade, três poços de água, redondos, na área de habitações, além de olaria, atafona, barbaquá e jazidas de extração de pedras.

As escavações permitiram evidenciar ainda toda a compartimentação da igreja e pisos de algumas de suas dependências, trechos de pisos do Colégio, a caixa de muros, inclusive abóboda da adega e sua escadaria de acesso, várias bases de colunas do alpendre das casas dos índios e quatro sepulturas com as respectivas lápides datadas de 1700, 1788, 1792 e 1817.

Enquanto perdurarem as escavações, a Diretoria Regional providenciou o embargo à construção em nove quarteirões de São Nicolau, o fechamento ao tráfego de duas ruas da cidade e uma cerca com tela de arame no local onde se realizaram os trabalhos, bem como um projeto paisagístico para a área onde se encontram as ruínas.





1

Como de costume, os trabalhos da SPHAN e da Pró-Memória em São Nicolau estão sendo realizados em articulação com outros órgãos. Assim é que o arqueólogo que realiza as pesquisas foi cedido pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado e diversos técnicos da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas participam na locação e mapeamento dos remanescentes, na elaboração do projeto de ambientação paisagística e na construção do telheiro necessário à proteção da "adega dos padres". O III Exército colaborou com mão-de-obra e ferramentas para os trabalhos iniciais de reconhecimento da área e a Prefeitura de São Nicolau responsabiliza-se pelo fechamento e guarda da área, além de fornecer mão-de-obra e ferramentas.

"Santo Antônio" e "Santo Isidro Lavrador": duas das onze imagens missioneiras localizadas em São Nicolau e Uruguaiana.



São Nicolau: escavações revelaram pisos originais.

COLÔNIAS ITALIANAS

Foi concluído o inventário preliminar e cadastro das edificações com interesse cultural remanescentes na área da colonização italiana do Rio Grande do Sul. Este trabalho, financiado pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Estado, foi coordenado pela 9.ª Diretoria Regional da SPHAN e da Pró-Memória, que já tem planos para o seu prosseguimento.

RESTAURAÇÕES

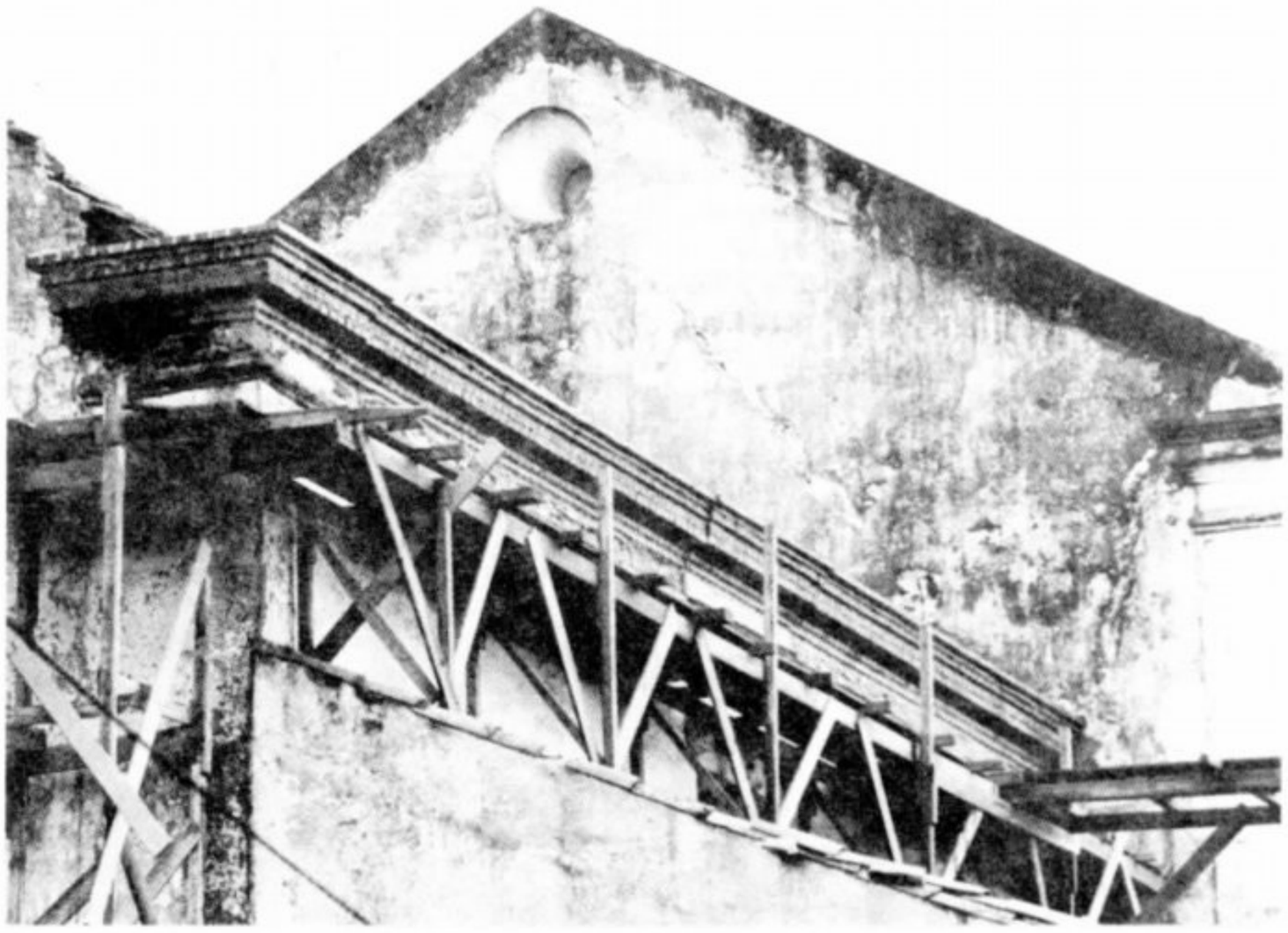
Já foram reiniciadas as obras de restauração da Fortaleza de Santa Cruz, localizada na ilha de Anhatomirim, Santa Catarina, onde a 9.ª Diretoria Regional da SPHAN e Pró-Memória conseguiu articular um convênio tri-partite com o Comando do 5.º Distrito Naval e a Universidade Federal de Santa Catarina. Pelo convênio, a Universidade utilizará a fortaleza como local para pesquisas oceanográficas, garantindo-se assim a manutenção deste precioso documento da história militar brasileira, que também apresenta grande interesse turístico e paisagístico. Outra restauração retomada pela 9.ª DR foi a do Solar Almirante Alexandrino, localizado na cidade gaúcha de Rio Pardo. As obras deverão estar concluídas em meados do próximo ano. Mediante convênio entre a SPHAN—Pró-Memória e a prefeitura daquela cidade, ali deverá ser instalado o Museu Barão de Santo Ângelo.



São Miguel: estabilização da frontaria que está inclinada.

SÃO MIGUEL

Está em fase final de elaboração o trabalho de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de São Miguel das Missões. Este trabalho, realizado às expensas da Secretaria Estadual do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, tem assessoria da 9.ª Diretoria Regional da SPHAN—Pró-Memória. Seu objetivo é disciplinar o uso do solo no distrito de São Miguel, a fim de proteger a ambientação das ruínas daquele antigo povoado jesuítico. Por outro lado, devem se iniciar em breve os trabalhos de estabilização da frontaria, consolidação da parede do fundo da capela-mor e reerguimento de trechos de paredes derruídas nas ruínas de São Miguel. O início dos trabalhos está previsto para logo depois que a Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul apresentar laudo técnico, solicitado pela SPHAN—Pró-Memória, sobre os riscos de desabamento que correm aquelas ruínas.



Viamão: obras na matriz de Nossa Senhora da Conceição.

VIAMÃO

Estão em andamento os trabalhos de restauração da matriz Nossa Senhora da Conceição, de Viamão, RS, que foram iniciados pela cobertura da capela-mor. Ao mesmo tempo, está em elaboração um plano de preservação do entorno da matriz, visando a sua proteção ambiental. A elaboração do plano é coordenada pela 9.ª DR e executada por uma equipe da Secretaria Estadual do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, Fundação Metropolitana de Planejamento e Prefeitura de Viamão.

Novos tombamentos

O acervo de bens tombados no País conta, agora, com mais oito monumentos, que passam a ser protegidos pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os oito monumentos haviam sido tombados, em épocas diferentes, pelo Conselho Consultivo do IPHAN. O Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, homologou os tombamentos, entre eles o do Arraial Novo do Bom Jesus, em Recife, local da velha fortificação nas várzeas do Capibaribe, em Iputinga, onde se encontraram as forças para oporem nova resistência aos invasores holandeses. Os outros sete monumentos tombados são os seguintes:

Rio de Contas (BA)

No minucioso estudo que preparou para justificar o tombamento da cidade de Rio de Contas, o arquiteto Fernando Machado Leal, depois de historiar como se deu a formação de vilas e povoados em conseqüência da mineração aurífera, ressalva o fato de que, a exemplo do ocorrido em Mato Grosso e Goiás, também foram poucos os estudos sobre como se desenvolveram, na Bahia, núcleos urbanos nascidos daquele ciclo econômico.

— Se é verdade — afirma Fernando Leal — que em Minas Gerais se concentram os núcleos urbanos mais desenvolvidos do ciclo do ouro, não se pode negar a importância dos povoados formados nas outras regiões auríferas. O relativo desconhecimento sobre esses povoados pode ser atribuído ao isolamento em que permaneceram até pouco tempo essas regiões do país.

Se por um lado esse isolamento prejudicou estudos e pesquisas, por outro possibilitou que determinados núcleos, como o de Rio de Contas, se mantivessem resguardados de alterações mutiladoras de suas características iniciais.

Criada em 1724, a antiga Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas localizava-se a cerca de onze quilômetros da atual cidade de Rio de Contas, numa altitude muito inferior e com clima extremamente quente se comparado com o da região onde se localiza, hoje, Rio de Contas. Mas já em 1745 decidia-se a transferência de localização da antiga vila para uma região mais salubre e rica em ouro de aluvião, o que contribuiu para o aumento populacional da nova vila.



1972 Arquivo SPHAN

Rio de Contas: nadando em ouro até 1840

De acordo com o estudo de Fernando Leal, até por volta de 1840, "Rio de Contas nadou em ouro, de uma maneira tal que parecem exageradas as arrobas de que falam os arquivos da Câmara e os próprios Compromissos das Irmandades. A moeda corrente era o ouro em pó ou em barra, sendo a oitava quase que a unidade monetária". Toda essa riqueza fez com que já em 1799 a Vila de Minas do Rio de Contas possuisse cadeira régia de gramática latina e, em 1817, tivesse instituida uma Tenda de Química e um Gabinete Mineralógico, transformando-se em um centro irradiador de cultura, não obstante estivesse localizada no Alto Sertão, afastada da costa, em região de difícil comunicação com a metrópole.

Face à inexistência de dados históricos e iconográficos sobre como se desenvolveu o núcleo urbano da antiga Vila, Fernando Leal supõe que "a escolha do sítio para implantação do Paço Municipal deve ter se dado em função da cota do terreno, relativamente alta em relação do Rio Brumado; da mesma forma se deve ter pensado com relação à localização da Matriz do Santíssimo Sacramento, o que ressalvava essas duas edificações importantes das cheias do Rio".

— Estabelecida a premissa desses dois polos de atração — acentua Fernando Leal — é fácil compreender a razão do traçado da cidade... Ainda com relação à trama urbana, nota-se certa regularidade no seu traçado, facilitado pela topografia, e de acordo com os preceitos urbanísticos vigentes na época".

A primeira proposta para o tombamento do conjunto arquitetônico de Rio de Contas data de 1972, época em que Fernando Leal fez seu estudo. Na cidade, já existiam cinco monumentos tombados isoladamente e, em 1978, depois do parecer da arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara, favorável ao tombamento do conjunto, o conselheiro Gilberto Ferrez, relator do processo, manifestou-se pelo tombamento proposto, que foi aprovado por unanimidade.

Casa do Padre Belchior (MG)

Construída no final do século XVIII para servir de moradia ao Capitão Mór Francisco José da Silva Capanema, a Casa do Padre Belchior notabilizou-se por ter sido residência do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, que exerceu grande influência junto a D. Pedro I por ocasião da independência do Brasil.

Localizada em Pitangui, Minas Gerais, trata-se de uma casa assobradada de dois pavimentos, de estrutura de madeira com vedações em taipa de mão. De acordo com a informação do arquiteto Roberto Lacerda, diretor da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN, "a casa tem características muito próprias da arquitetura da época, com elementos típicos de Pitangui, como, por exemplo, o tratamento em ângulos de cornija das janelas rasgadas no segundo pavimento".



S/data Arquivo SPHAN

Casa do Padre Belchior: proteção, também, ao entorno

Ao dar seu parecer sobre a conveniência do tombamento, a arquiteta Dora de Alcântara recomenda que sejam preservadas, também, outras edificações vizinhas à Casa do Padre Belchior, sugestão que foi encampada pelo Conselheiro Cyro Correa de Oliveira Lyra que, ao relatar e aprovar o tombamento proposto, considerou imprescindível a delimitação da área de entorno.

Igreja de N. S. do Boqueirão (BA)

Exemplar arquitetônico do século XVIII, a Igreja de Nossa Senhora do Boqueirão, em Salvador, possui partido com nave, corredores laterais e sacristia transversal ao fundo, comum às suas contemporâneas, tendo, ainda, como típico da época, na parte superior, galerias, coro e sala de consistório.

Essa descrição consta do parecer preparado pela arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara que reconheceu o edifício "com suficiente mérito para um tombamento individual". De acordo com o parecer, "os espaços internos, como ocorre comumente em igrejas que lhe são contemporâneas, pacham-se englobados em um só volume. E é justamente essa volumetria que dá um valor bastante especial ao monumento, quando observado externamente. Acrescente-se ao aspecto tipicamente setecentista, uma nota peculiar, conferida pelos subsolos: eles constituem como que um prolongamento do volume descrito e, embora não sendo excepcionais em Salvador, onde surgem como aproveitamento da topografia, não chegam a ser tão comuns".

— A Igreja do Boqueirão — afirma Dora de Alcântara — é valiosa, finalmente, pelo ambiente no qual se insere. Está localizada, de fato, numa das vias de expansão



1976 Arquivo SPHAN

N.S. do Boqueirão: aspecto tipicamente setecentista

mais tradicionais, cujo casario conserva marcas do tempo de fausto. A presença de uma ladeira fronteira, da qual se situa quase no eixo, valoriza a vista de sua fachada principal, tanto mais que os exemplares de arquitetura nela situados, embora menos antigos que a Igreja, formam com ela um harmonioso conjunto. Pela posição que ocupa, torna-se visível de diversos pontos e seu desenho, em meio ao casario antigo, beirando a encosta da cidade, marca bastante a paisagem de Salvador, conservando-lhe um perfil que é típico das cidades luso-brasileiras do litoral".

Forte de N. S. da Conceição (SC)

O Forte de Nossa Senhora da Conceição, localizado na ilha de Araçatuba, em Florianópolis (SC), teve sua construção iniciada em 1742, e integra o conjunto de quatro fortalezas construidas pelo Brigadeiro José da Silva Paes entre 1739 e 1748, período em que esse engenheiro militar governou Santa Catarina, território recém desmembrado da Capitania de São Paulo.

Essas informações foram coligidas pelo conselheiro Cyro Lyra, relator do processo de tombamento do Forte de N. S. da Conceição e

arredores, solicitado pela Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Esclarece, ainda, o relatório: "A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição guarnece o estreito canal de entrada da baía Sul, que separa a extremidade da Ilha de Santa Catarina do continente, enquanto as outras três — Santa Cruz, Santo Antônio e São José — formam um triângulo de defesa da entrada, mais larga, da baía Norte".

O Forte integra o Parque da Serra do Tabuleiro, criado em 1975, através de decreto estadual. Está construído sobre uma ilhota rochosa e a descrição do local pelo conselheiro Cyro Lyra é a seguinte: "Uma muralha poligonal irregular percorre a face da ilha voltada para o canal navegável, servindo de contenção aos terraplenos e de proteção às baterias. No topo da ilha há uma área circular envolvida por muralhas que se constituía, provavelmente, na bateria principal da fortaleza. As edificações se encontram em ruínas, permanecendo erguidas apenas as paredes dos quartéis, do armazém de pólvora e de uma edificação mais recente. Das demais construções que completam o primitivo programa da fortaleza — o paiol de farinha e a casa de palamenta — restam somente as bases. As muralhas, porém, se encontram em bom estado".

Ao concordar com o parecer dos técnicos da SPHAN, favorável ao tombamento, o conselheiro Cyro Lyra refere-se à importância desse forte como marco na história de domínio e ocupação do território brasileiro e destaca o fato de que ele é parte integrante da rede setecentista de defesa, "possuindo, por isso, o Forte de Nossa Senhora da Conceição, a mesma importância que justificou o tombamento das outras três fortificações mencionadas".

— Outras razões — continua o conselheiro em seu relatório — merecem ser lembradas, haja visto a peculiaridade da implantação desses fortes, com o aproveitamento da conformação topográfica de cada sítio. Nesse caso, como nos demais, além das conotações históricas, possui a ilha fortificada, e seu entorno, qualidades paisagísticas que por si só justificariam a sua preservação".

O conselheiro Cyro Lyra discordou, apenas, quanto à área de proteção proposta — 2,5 quilômetros — que lhe pareceu excessiva. Fixou-a, então, em um quilômetro de raio, distância que considerou suficiente para efetiva proteção paisagística.

Casa de Câmara e Cadeia de Aracati (CE)

A mais ampla Casa de Câmara e Cadeia do Ceará, a de Aracati teve sua construção iniciada em 1779, de acordo com o que foi revelado pelos estudos do arquiteto José Liberal de Castro que, por volta de 1960, orientou os trabalhos de restauração do prédio. Em seu estudo, o arquiteto esclarece que "o penúltimo Capitão-mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury (1782/1789) assegurava que 'mesmo no reino, entre algumas vilas das províncias, seria reputada boa', declaração confirmada pelo 3.º Governador do Ceará, Luís Barba Alardo, em suas **Memórias da Capitania do Ceará Grande**, datadas de 1812, ao afirmar que a Câmara do Aracati era 'sem dúvidas, a melhor da Capitania e a mais asseada e mobiliada".

O arquiteto Liberal de Castro afirma, ainda, que "a avenida onde se localiza o prédio é a antiga Rua do Comércio, a mais importante da cidade, tendo hoje características residenciais, pois as atividades comerciais se transferiram para outros logradouros mais distantes do Rio Jaguaribe".

O pedido de tombamento foi feito pelo Instituto do Museu Jaguaribano, de Aracati, e o relator do processo foi o conselheiro Gilberto Ferrez.

Igreja de S. José do Ribamar (PE)

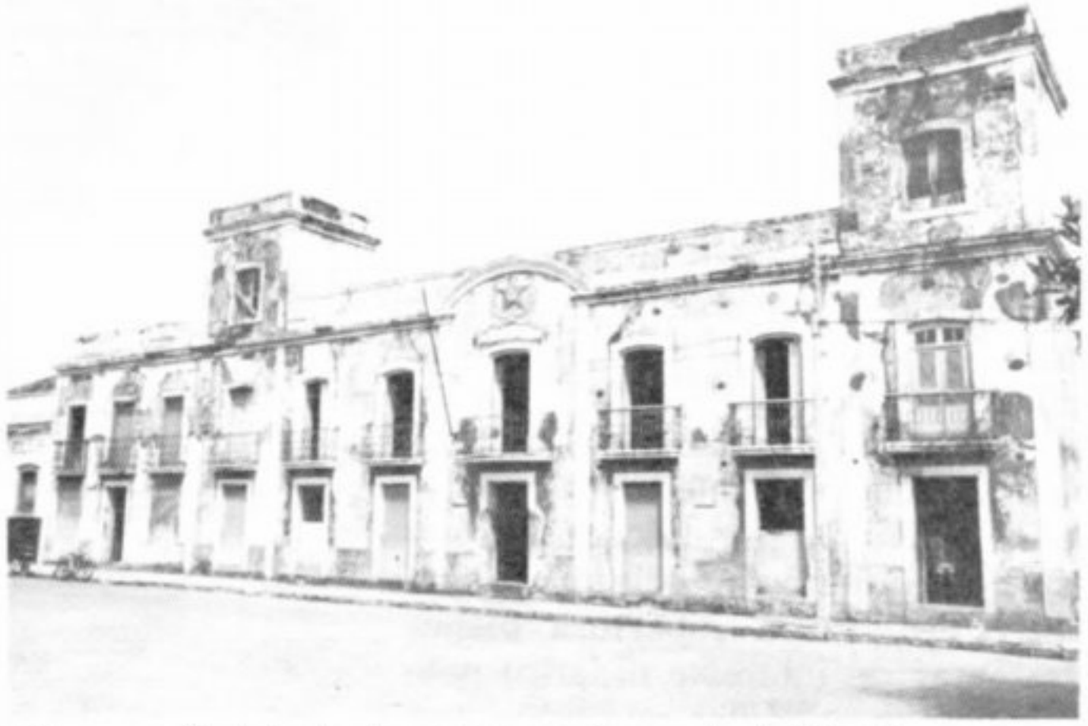
Testemunho da última fase do barroco regional, na afirmação de Lygia Martins Costa, a Igreja de São José do Ribamar, em Recife, teve o seu tombamento pedido pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Ao recomendar o tombamento, a professora Lygia Martins Costa



1976 Arquivo SPHAN

Forte N.S. da Conceição: marco na história do domínio e ocupação do território brasileiro



1975 Arquivo SPHAN

Câmara e Cadeia de Aracati: a mais ampla do Ceará



S/data Arquivo SPHAN

S. José do Ribamar: um século e meio para construir

lamenta a destruição da Igreja de Nossa Senhora dos Martírios, ocorrida no Governo do Prefeito Augusto Lucena, e afirma: "Conquanto a Igreja ora proposta não apresente o mesmo requinte e a mesma unidade estilística da que foi destruida, representa a região e a segunda metade do século XVIII".

A diretora da Divisão de Estudos, Pesquisa e Tombamento da SPHAN assim descreve o prédio: "Frontão em desenho caprichoso característico, cimalha do frontespício e vergas das portas e janelas onduladas e pregueadas, plinto das ombreiras dos vãos em perfil de urna, as cinco portas da fachada alongadas com o corpo fixo e as almofadas acompanhando o movimento ondulante da verga, ornatos leves conquanto persistam reminiscências da época anterior. A única torre levantada, muito posterior — fato aí comum — destoa do conjunto".

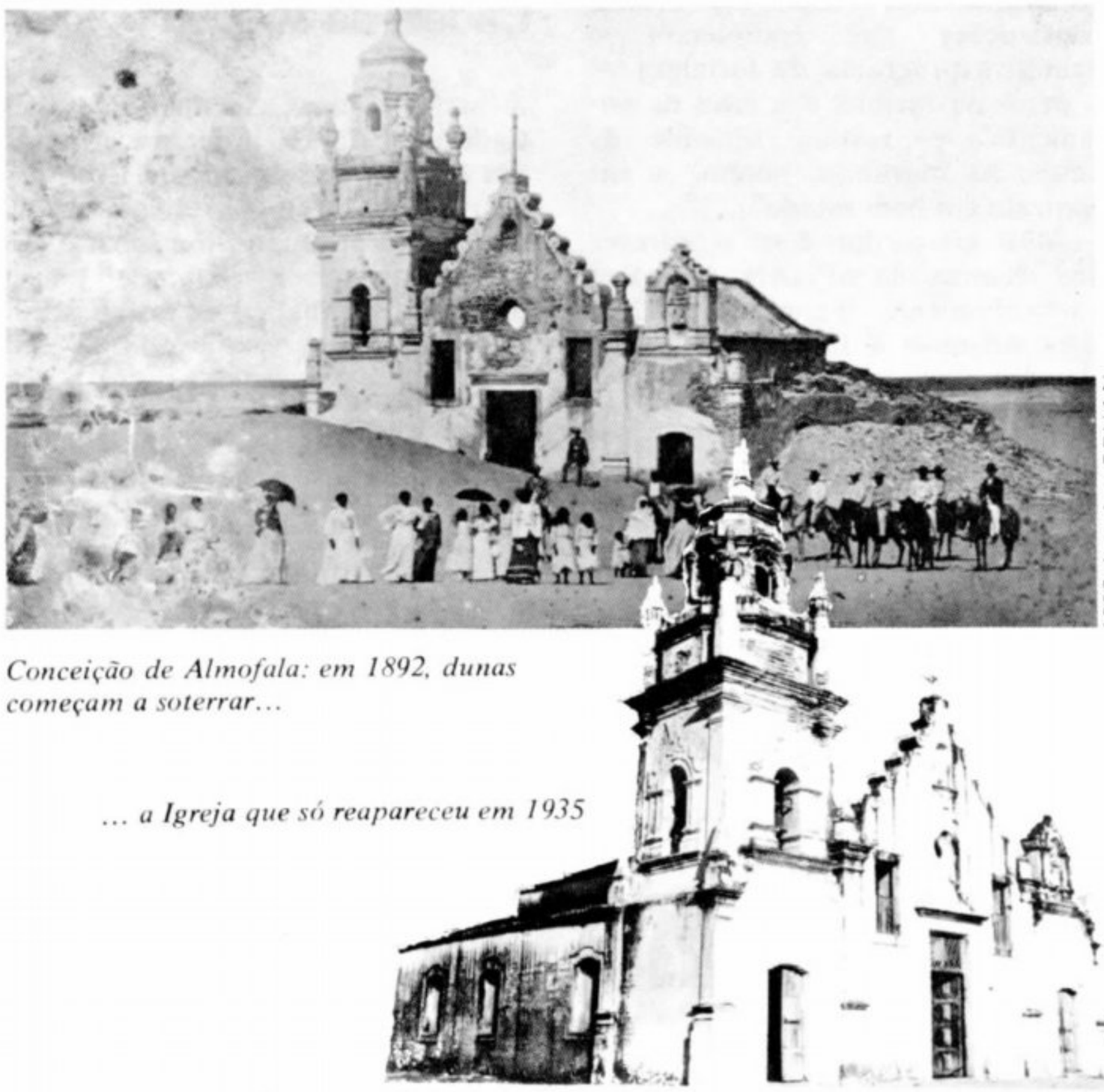
A Igreja de São José do Ribamar teve sua construção iniciada em 1635, por carpinteiros, mas somente foi inaugurada um século e meio depois, em 1787. "A construção demorada — afirma a professora Lygia Martins Costa — se evidencia particularmente no interior, bastante prejudicado em seu espaço arquitetônico pelo teto plano que substituiu a cobertura primitiva, mas de interesse didático pelo registro sucessivo dos retábulos, que vão do gosto rococó ao neo-clássico e, finalmente, à expressão híbrida do século XIX, de quando datam as mesas de todos os altares. Dos quatro retábulos da nave que se inserem em vãos de arenito — dois colaterais e dois laterais — destaca-se o de Nossa Senhora do Parto, belo em seu espírito rococó, apresentando hoje, tal qual o altar-mor que acusa fase de execução imediata, certas interferências infelizmente perturbadoras".

Igreja N. S. da Conceição de Almofala (CE)

No final do século passado, a modificação do regime dos ventos na região do município de Acaraú, no Ceará, provocou o soterramento, por dunas de areia, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, erguida na primeira metade do século XVIII. Somente em 1935, nova mudança no regime dos ventos, fez reaparecer a edificação, conservada todo esse tempo em bom estado, mas necessitando de um novo telhado.

A Igreja, agora tombada, já com o telhado refeito, possuia um rico acervo de imagens e outras peças sacras, e que foram retiradas pouco antes do soterramento. No parecer em que recomenda o tombamento, a professora Lygia Martins Costa, diretora da Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamento, refere-se à imaginária da Igreja, sugerindo a sua localização e reintegração ao templo.

De acordo com o relatório do Conselheiro Cyro Correa de Oliveira Lyra, "o programa arquitetônico da Igreja não difere dos esquemas tradicionais: nave, capela-mór, sacristia e corredores laterais. À esquerda da fachada há uma torre e à direita um campanário. Certos detalhes do frontispício indicam um partido simétrico, levando à conclusão que o campanário à direita substitui a torre que, embora prevista, não chegou a ser construída. Plasticamente, constitui esse edifício um exemplo muito característico do barroco latino-americano pela simbiose de detalhes eruditos — como o desenho da torre — com arremates de feitura popular — como as volutas rampantes do frontão".



1892 Arquivo SPHAN

Conceição de Almofala: em 1892, dunas começam a soterrar...

... a Igreja que só reapareceu em 1935

1975 Arquivo SPHAN



*pró*Memória

PRESIDENTE TOMA POSSE NO MEC

Portella: "o mais radical de todos os atos praticados pela política cultural do governo".

"A posse de Aloísio Magalhães e de um Conselho tão altamente qualificado, para que se possa concretizar um esforço amplamente ansiado e conduzir as questões do patrimônio histórico e as questões da memória nacional, é alguma coisa que confere a esse ato um significado todo especial, provavelmente o mais radical de todos os atos praticados pela política cultural do governo João Figueiredo".

Com essas palavras o Ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura, iniciou seu discurso na solenidade em que deu posse ao professor Aloísio Magalhães como presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Entre outros convidados, estiveram presentes o presidente do Congresso Nacional, senador Luis Viana Filho, o Ministro Hélio Beltrão, os senadores Nilo Coelho e Lourival Batista, o presidente da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, além de dirigentes do MEC e funcionários da Fundação.

Segundo o Ministro Eduardo Portella, "a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a implantação da Fundação Nacional Pró-Memória modificam, transformam, quase que fazem nascer uma estrutura capaz de viabilizar uma política cultural na área do patrimônio extremamente produtiva e conveniente".

O Ministro assinalou ainda que a Secretaria e a Fundação são mais do que dois instrumentos de trabalho, são uma "filosofia de trabalho com dois suportes básicos: o primeiro eu diria que é a própria noção de bem cultural. O bem cultural deixa de ser alguma coisa incorporada passivamente, alguma coisa que perde a sua vida ao transcorrer a sua história, para ser, pelo contrário, alguma coisa que vive conosco a cada instante e, a cada instante, se transforma numa nova lição. Um conceito de bem cultural que junta o bem móvel e o bem imóvel e que transforma o bem imóvel em bem altamente móvel."

"A segunda vertente á a noção do tempo. Até agora repousávamos tranqüilamente na noção de tempo regida pelo império do passado. Todo o esforço de memória e a própria palavra memória remetiam irremediavelmente para um acervo, ou um armazém, de coisas placidamente colecionadas. Agora, se nos permitirem, vamos até desejar e imaginar uma memória do futuro. Isto significa que o tempo deixou de ser um corte sincrônico apenas, onde o passado possa imperar, mas ele vem a existir como uma estrutura unitária onde se dão por igual o presente, o passado e o futuro."

Por sua vez, o presidente da Fundação e Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, explicou que a "ação que vamos empreender é tentar fazer com que a comunidade, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientize de sua ambiência cultural. Isto é, temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio".

A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada através de projeto de lei aprovado, no final do ano passado, pelo Congresso Nacional e seu estatuto foi aprovado pelo Presidente da República através de decreto, em janeiro deste ano. A finalidade da Fundação, de acordo com seu estatuto, é a de "contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País". Ela é o órgão executivo que nasce no interior da SPHAN, secretaria do MEC, de caráter normativo, em que se transformou o antigo IPHAN. Mais que isto, os novos órgãos encampam não apenas o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas também o CNRC —Centro Nacional de Referência Cultural, um órgão de pesquisa originado em 1975 por convênio entre organismos governamentais, e o PCH—Programa de Cidades Históricas, que pertencia à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

CONSELHO CURADOR

Na mesma solenidade em que deu posse ao professor Aloísio Magalhães como presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, o

Ministro Eduardo Portella empossou o Conselho Curador da nova instituição.

O Conselho Curador é o órgão encarregado, juntamente com o presidente, da administração superior da Fundação, sendo composto por cinco membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de três anos, permitida uma recondução.

Como órgão colegiado de gestão, a escolha de seus membros recaiu sobre pessoas que se destacaram na administração nacional pública e privada. Seus titulares são Fernando Roberto Moreira Salles, Fernão Carlos Botelho Bracher, Joaquim Arruda Falcão Neto, Jorge Hilário Gouveia Vieira e Márcio João de Andrade Fortes. Os membros suplentes são Antonio Augusto dos Reis Velloso, Mário Jorge Gusmão Berard, Rubens Ricupero, Galba Magalhães Veloso e Paulo Roberto de Oliveira Niccoli.

No mesmo dia da posse, o Conselho realizou sua primeira reunião, examinando questões relativas à filosofia administrativa que será imprimida à Fundação Nacional Pró-Memória, sua estrutura básica, a organização, que será por projetos e seus sistema de pessoal, material, serviços e finanças. O Conselho fez também a discussão e aprovação do orçamento para 1980.

VISITA A FIGUEIREDO

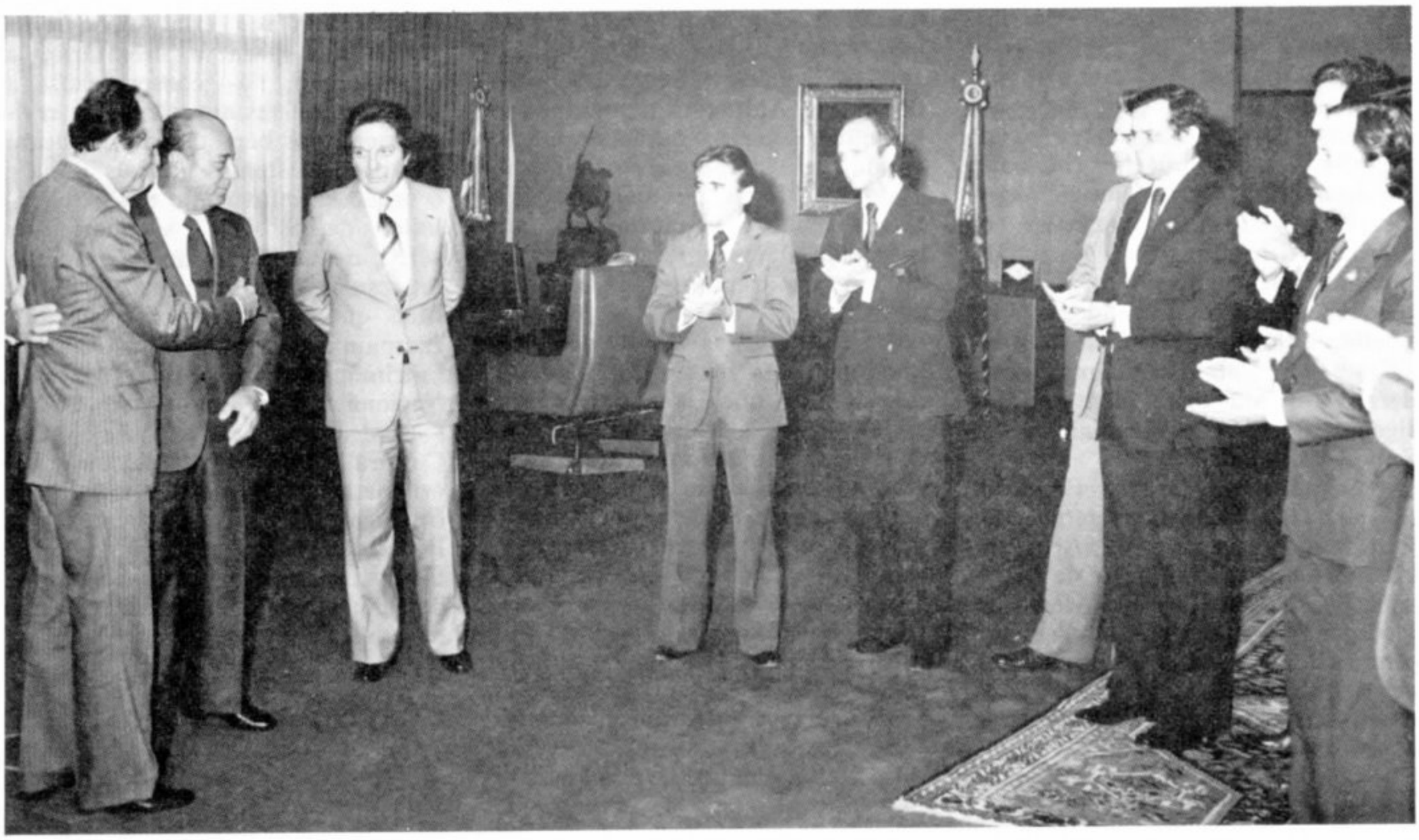
"Eu acho que há muita coisa que está adormecida que precisa ser despertada no Brasil", disse o Presidente João Batista Figueiredo, ao receber em audiência no Palácio do Planalto, no mesmo dia em que tomaram posse, o presidente e os membros do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória.

O Presidente da República fazia referência às palavras de Aloísio Magalhães que, ao saudá-lo, disse: "É surpreendente que seu governo, lidando com tantas adversidades, seja justamente o que está tocando em tantas áreas adormecidas... O País volta a olhar para si próprio."

Concordando com a observação do presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Figueiredo respondeu: "Se no meu governo muita coisa está sendo despertada porque estava meio adormecida é porque eu conto com os senhores. Eu acho que, não querendo relembrar os meus tempos de soldado, quem deve tocar a alvorada nessas coisas adormecidas são os senhores. Eu, naturalmente, poderei estar presente nesta alvorada para dar os meus aplausos. Mas, aos senhores, homens da cultura, homens que gostam da história e amam as coisas dessa nossa terra, que amam os nossos costumes e as nossas tradições, o nosso patrimônio cultural e, principalmente, hoje em dia o nosso patrimônio moral, é que cumpre dizer quais as coisas que devem ser despertadas."

A visita ao Palácio do Planalto destinou-se a apresentar ao Presidente da República os integrantes do Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória, bem como para agradecer a Figueiredo a visita que este fez, em dezembro passado, quando do transcurso da data nacional da cultura, à sede da SPHAN e da Fundação, em Brasília.

Figueiredo aos conselheiros da Pró-Memória: "conto com os senhores".



Legitimidade, base da Fundação Pró Memória

Ao comunicar aos membros do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como estão se processando as modificações ocorridas no âmbito da organização, o Secretário Aloísio Magalhães ressaltou o fato de que a Fundação Nacional Pró-Memória, por ter sido criada através de lei aprovada pelo Congresso Nacional, nasce com a força da legitimidade dos atos dessa natureza.

Quanto à transformação do IPHAN em Secretaria, Aloísio Magalhães afirmou aos conselheiros que "a figura de instituto autônomo não passava de um mito institucional, na medida em que não lhe conferia nenhuma flexibilidade, nenhuma autonomia; ao contrário, a instituição se via cerceada em todos os sentidos, carecendo de atingir seus objetivos".

— O IPHAN — explicou Aloísio Magalhães — vinha perdendo, dia a dia, o maravilhoso acervo de conhecimento acumulado através do extraordinário esforço de um pequeno grupo de homens públicos brasileiros que, pouco a pouco, desapareciam do cenário nacional, relegados a uma posição inferior, quando não de total abandono. Assim, foi necessário sensibilizar o governo para o estabelecimento de uma moldura adequada à peculiaridade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na preservação do patrimônio do país".

A comunicação de Aloísio Magalhães foi feita por ocasião da 90.ª Reunião Ordinária da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada no Rio de Janeiro, no dia 18 de março. À reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros: Edson Motta, diretor do Museu Nacional de Belas Artes; Gerardo Brito Raposo da Câmara, diretor do Museu Histórico Nacional; Luiz Emygdio de Mello Filho, diretor do Museu Nacional; Dora Maria Pereira Rêgo Correia, representante do diretor do Museu Imperial; Américo Jacobina Lacombe, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa; Pedro Calmon; Max Justo Guedes; Gilberto Ferrez; Paulo Ferreira Santos, Alfredo Galvão, José Ephin Mindlin. Estiveram ausentes, por motivos justificados, os conselheiros Afonso Arinos de Mello Franco e Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra.

FIGURAS EMERGENTES

Aloísio Magalhães, depois de se referir ao apoio que a Fundação Nacional Pró-Memória obteve no Congresso, em ambos os partidos então existentes, revelou aos conselheiros que há um grupo de profissionais de notável competência na gestão de pessoal, finanças e administração trabalhando na formulação de um modelo administrativo para que, em tempo hábil, a Fundação tenha a sua operacionalidade garantida.

Sobre a constituição do Conselho Curador da Fundação, Aloísio Magalhães disse que a nova entidade necessita de um Conselho de Gestão, "capaz de formular uma política, uma base sólida que permita escapar às dificuldades financeiras, fugir às injunções temperamentais dos orçamentos, gestionar recursos de maneira ágil e inteligente".

Explicou que a decisão por um "Conselho de Gestão" contou com o irrestrito apoio do Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, "que concordou em que seria válida a formação desse Conselho, constituído por figuras emergentes do cenário nacional, ou seja, um grupo de homens que já provaram, por uma série de atributos profissionais, uma competência em suas áreas mas, ao mesmo tempo, pessoas em faixa de crescimento individual, expressão de personalidade e que, provavelmente, se surpreenderiam ao serem convocadas para essa função, mas que somariam um novo interesse, vitalidade e pulso firme".

CONSCIENTIZAÇÃO

Depois da comunicação do Secretário Aloísio Magalhães, o Conselheiro Max Justo Guedes falou

Quatro tombamentos

Terminadas as comunicações do Secretário e dos Conselheiros foram colocadas em discussão as propostas de tombamentos previstas na pauta da 90.ª reunião do Conselho Consultivo da SPHAN. O primeiro processo referia-se ao pedido de desmembramento da área tombada da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Após a leitura do relatório do conselheiro Gilberto Ferrez e das informações complementares do Secretário Aloísio Magalhães, o Conselho aprovou a autorização solicitada, por considerar que o desmembramento corresponde a um terreno onde já existe um prédio de sete pavimentos. Determinou, porém, que não seja alterado o gabarito dessa edificação.

O segundo processo, referente ao tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Mucugê, na Bahia, não foi apreciado, devido à ausência, justificada, do conselheiro Cyro Ilydio Corrêa de Oliveira Lyra, relator do processo. Em seguida, o Conselho aprovou o tombamento do acervo do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, relatado pelo conselheiro José Mindlin e da Casa n.º 18 da Avenida Luís Tarquínio, em Salvador, onde funciona o Asilo D. Pedro II, relatado pelo conselheiro Pedro Calmon.

O Conselho aprovou, também, a extensão do tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Koeler, em Petrópolis, compreendendo os seguintes logradouros: Av. Sete de Setembro; Av. Tiradentes; Av. Ipiranga; Catedral; R. São Pedro de Alcântara; R. Raul de Leone; Praça Visconde de Mauá; as duas contíguas ao prédio n.º 376 da Av. Koeler; e Av. Piabanha (lado par desde a casa 148 até à casa 480 e, lado ímpar, desde a casa 53 até a 381).

Terminada a reunião, os processos aprovados foram encaminhados ao Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, para homologação.

sobre a situação do patrimônio histórico de São João Del'Rei que, na sua opinião, "é trágica". Para ilustrar suas afirmações, projetou diversos **slides** em que são mostradas as descaracterizações que sofre a cidade, como alterações de fachadas de prédios residenciais e edifícios abandonados.

O Conselheiro Max Justo Guedes informou, ainda, que a própria Associação Comercial de São João Del'Rei contribui para a descaracterização da cidade, ao projetar a construção de um edifício de 14 andares, na área do centro comercial. Disse, também, que a classe média é hoje predominante na opinião pública do país e sugeriu a realização de campanhas para a conscientização da importância do patrimônio cultural, com a utilização dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão. Sugeriu, também, que se aproveitasse a realização do censo previsto para este ano que, na sua opinião, poderia auxiliar no cadastramento de prédios históricos, o que permitiria uma fiscalização mais eficaz.

Em apoio às afirmações do Conselheiro Max Justo Guedes, os Conselheiros Gilberto Ferrez e Américo Jacobina Lacombe enfatizaram a necessidade de promover a conscientização sobre o patrimônio cultural e lembraram que "o exemplo de São João Del'Rei é um entre dezenas ao longo do país inteiro".

O Secretário Aloísio Magalhães afirmou, em seguida, que está atento a esses problemas e informou ao Conselho a assinatura de um convênio entre a SPHAN e a Caixa Econômica Federal no sentido de que, em toda cidade que tenha densidade histórica, seja dada prioridade para que as agências da CEF venham a ocupar prédios a serem preservados. Disse que medida semelhante está sendo tentada junto ao Banco do Brasil e ao Banco Central e explicou que essa providência é uma maneira de impedir que construções novas desfigurem as cidades históricas.

O Conselheiro Gilberto Ferrez lembrou a existência de um projeto na Câmara Federal propondo a isenção de impostos e facilidades na concessão de empréstimos aos proprietários de bens tombados, e solicitou ao Secretário do Patrimônio Histórico que, através de sua vivência no Congresso Nacional, quando da tramitação da Lei que criou a Fundação Nacional Pró-Memória, tentasse conseguir a aprovação do projeto a que se referia. Já o Conselheiro Pedro Calmon elogiou a medida adotada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Israel Klabin, que apresentou à Câmara Municipal projeto isentando de impostos municipais os proprietários de imóveis na área junto ao Convento de Santo Antônio.

Novo diretor regional para Bahia e Sergipe

A 4.ª Diretoria Regional da SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, com jurisdição sobre os estados da Bahia e Sergipe, tem novo titular: o professor Ary Guimarães tomou posse dia 27 de março, na sede da Delegacia Regional do MEC, em Salvador, na presença do Secretário da SPHAN e Presidente da Pró-Memória, Aloísio Magalhães.

A posse foi um dos compromissos de Magalhães em sua visita de uma semana à capital baiana, onde manteve diversos contatos visando dinamizar os trabalhos de preservação e revitalização dos bens culturais da região.

Durante encontro com o Governador Antônio Carlos Magalhães, o Secretário da SPHAN informou que o órgão está providenciando a liberação imediata da verba especial de emergência destinada à conservação dos prédios da cidade de Cachoeira. Revelou ainda sua preocupação com a barragem de Pedra do Cavalo, sugerindo incluir no projeto um estudo do assoreamento do rio Paraguaçu, com vistas a prevenir os efeitos das enchentes em São Félix e Cachoeira.

Aloísio Magalhães manteve contato também com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, visitando, em companhia de seu diretor-executivo, Vivaldo da Costa Lima, diversas obras de restauração empreendidas por esta instituição: igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Centro Artesanal do Pelourinho, Solar do Ferrão, Centro de Restauração de Bens Móveis e a sacristia da Catedral Basílica, onde conheceu os frontões renascentistas descobertos recentemente.

O presidente da Fundação Nacional Pró-Memória participou ainda do Primeiro Encontro de Arte Sacra, promovido pela Universidade Católica de Salvador com apoio do MEC através da FUNARTE. Em sua palestra sobre "Preservação de Bens Culturais", Magalhães afirmou não haver um conceito rígido de bem cultural, mas assinalou que "a utilização de um conceito amplo de bem cultural é importante num país em desenvolvimento, como o Brasil, uma vez que, através dele podem ser descobertos indicadores de real valor, especialmente no plano econômico, que ajudam o país a formar sua identidade".

Nos diversos contatos que manteve na Bahia, Magalhães procurou explicar a transformação do IPHAN em Secretaria do MEC, o nascimento da Fundação Nacional Pró-Memória e os objetivos a que se propõem os novos organismos. Entre outras coisas, destacou a necessidade de interação entre órgãos federais, estaduais e municipais, para que se consiga cobrir todo o Brasil. Na visita ao governador da Bahia, o Secretário da SPHAN já deu exemplo prático das possibilidades de interação, ao solicitar a cooperação técnica da Fundação do Patrimônio da Bahia na recuperação arquitetônica de São Luis, Maranhão.

Aloísio Magalhães ainda manteve contatos com a Prefeitura de Salvador, o Conselho Estadual de Cultura e a Universidade Federal da Bahia.

A preservação dentro do contexto urbano e social

A necessidade de que os estados e municípios criem mecanismos eficazes para a proteção aos bens culturais do País é uma das idéias que o arquiteto Augusto da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN, defende nesta entrevista, ao reafirmar a importância da atuação descentralizada e sugerir caminhos para que a preservação ocorra sempre dentro do contexto urbano, social e comunitário.

A partir da transformação do IPHAN em Secretaria, da criação da Fundação Nacional Pró-Memória e da incorporação do programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural, como passará a atuar a Divisão de Conservação e Restauração?

A Divisão de Conservação e Restauração, desde a que foi inicialmente estruturada, visa a coordenação, a nível nacional, das atividades de planejamento, de aprovação de projetos e de realização de obras. Até hoje, é subdividida em duas áreas: a parte de projetos e a de obras. Entendo que esta é uma posição que deva ser mantida, no sentido da criação de uma massa crítica de conhecimentos, já que o Patrimônio sempre foi descentralizado. Isto significa que, na verdade, as obras são realizadas pelas Diretorias Regionais, que também aprovam os projetos. Vêm para a sede, portanto para a DCR, apenas aqueles projetos, ou aqueles casos, que os diretores regionais julgam extremamente complexos, ou os casos que estão ligados a problemas de política local e que, dessa forma, vêm para a sede no sentido de se desvincular, de liberar um pouco, de poder haver maior liberdade frente a essa pressão política ou de interesse etc. Acho que essa função tem de continuar, porque a descentralização é indispensável em um país como o Brasil. Assim, o planejamento, o relacionamento com os governos estaduais, com as comunidades, a aprovação de projetos, tanto gerais, quanto específicos, o problema todo de fiscalização de obras, tudo deve continuar a ser feito, fundamentalmente, na área regional. Mas, se nós não tivermos um núcleo que analise, *a posteriori*, essa atuação toda, criando uma massa crítica, estudando como a atuação diferenciada se dá entre cada regional, há o risco de o Patrimônio se esfacelar em uma porção de opiniões divergentes, porque cada um de nós tem uma determinada opinião, em um determinado caso. Não é possível, é claro, haver unânimidade sempre, mas o que se quer é que haja, pelo menos, uma filosofia, uma certa unidade, uma certa coerência e isso só pode ser feito se houver um núcleo que examine todas essas atuações e que, de tempos em tempos, coordene reuniões com os regionais para discutir as diferenças de critérios, de formas de ação.

Na sua opinião, quais são hoje, no Brasil, os problemas enfrentados mais freqüentemente nos trabalhos de conservação e restauração?

Os mais freqüentes são de dois níveis: nos núcleos que ainda estão degradados sob o ponto de vista de mal uso, ou desuso do acervo habitacional, ou de uso eventualmente inadequado, ou sendo utilizados por uma população de ínfima capacidade de renda e que não tem possibilidade de fazer a manutenção desse acervo. Então, evidentemente, há necessidade de o órgão federal, junto com os estaduais e os municipais, quando for o caso, coordenar meios para a preservação desse acervo. Ou, no caso de mal uso, como existe em alguns lugares, que seja definido um uso melhor, junto à municipalidade, junto à comunidade, visando a uma função comunitária que não prejudique o bem cultural. Agora, o segundo nível de problemas é o caso de núcleos que estão bafejados por uma capacidade maior de renda e aí surgem a especulação imobiliária, a vontade de renovação urbana, às vezes descontrolada e, às vezes, mal orientada. Então, é uma situação difícil, porque é uma luta do interesse público da preservação com o interesse individual, particular, de demolir determinadas coisas para obter maior rentabilidade, maior vantagem etc.

E qual seria a função da Pró-Memória no enfrentamento desses problemas?

Entendo que seja, também, em dois níveis: no nível federal, tentando trazer para a área a ajuda de outros órgãos federais que atuem em determinados setores como, por exemplo, o BNH, diante da restauração de acervos residenciais. O BNH tem hoje uma série de projetos como o Profilurb (Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados). Talvez ele possa ser aplicado no caso de acervos como o do Pelourinho ou o de Praia Grande, em São Luís etc. Ao invés de se fazer um loteamento, seria feita a restauração dos prédios dos conjuntos históricos, subdividindo-os em apartamentos para os atuais moradores. Fica tudo mais simples, pois é um projeto que tem qualidades enormes, tem toda uma simplificação burocrática, facilidades de financiamento etc.

Esse é um projeto recente. Já há contatos com o BNH?

Sim, e trata-se, agora, de aprofundarmos esses contatos, a exemplo do que estamos fazendo com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos visando uma atuação conjunta em Belém, São Luís e Ouro Preto, buscando resolver problemas de trânsito nessas cidades. Da mesma forma, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Então, uma das funções seria esta de contatos com órgãos federais, de atuação lateral. E a segunda função, que é igualmente importante, é o contato com os governos estaduais e com a municipalidade, tanto com os órgãos de proteção ao patrimônio como com a administração de uma maneira geral, que podem agir conjuntamente. Quer dizer, na essência, seria uma função de catalização, de atuação diretamente visando a preservação, mas não a preservação desse acervo isolado como se fosse peça de museu, e, sim, dentro do contexto urbano, social e comunitário.

Com relação ao pessoal qualificado para a atividade de conservação e restauração, qual é a situação hoje, no Brasil?

Já foram organizados pelo IPHAN, com o Programa de Cidades Históricas e com universidades, três cursos de especialização, em 1974, 76 e 78, em São Paulo, Recife e Belo Horizonte, que formaram mais de 80 arquitetos. Agora, na verdade, o importante é a prática, o estágio, porque um curso desses, teórico, de seis meses de duração, dá uma idéia, uma consciência. Na prática da obra, do projeto, dos problemas, é que a gente vai se formando, amadurecendo, criando uma consciência crítica, uma idéia continuada. Isto é tanto um problema nosso, quanto dos órgãos estaduais e municipais, e eu creio que é preciso ir crescendo devagar. Quer dizer, admitir, de repente, um grande número de téc-

nicos. Nós temos de crescer devagar, para compreender, realmente, o problema maior.

É crescente, hoje, o número de pessoas que se manifestam favoráveis à preservação de determinados edifícios, independente de seu valor arquitetônico ou histórico/oficial, mas apenas por estarem integrados à fisionomia de determinado lugar. Os que defendem essa opinião, acreditam que a descaracterização causada pela derrubada de prédios antigos faz com que, ao longo dos anos, a população perca a identificação com o espaço que habita, o que contribuiria para o agravamento do que se convencionou chamar de "neuroses urbanas". Qual a sua opinião a respeito?

É inteiramente natural esse problema da ligação afetiva da pessoa com o espaço que habita. Isto é uma coisa ótima e defendida em toda parte do mundo. Eu distingo aí duas posições: tenta-se hoje preservar muito mais conjuntos do que edifícios isolados. O edifício isolado, a não ser que seja de tal maneira excepcional, de tal maneira importante, que represente realmente uma contribuição própria, é de preservação muito difícil. Isto porque a ambiência dele vai se descaracterizando, se alterando e o edifício perde escala, perde proporção, perde sentido. Então, tenta-se hoje em dia preservar principalmente conjuntos, quer dizer, uma praça, uma rua, seja um mínimo possível. Isto é inteiramente válido e totalmente indispensável. Agora, quem vai defender essa área, dependendo do grau de complexidade, seria o órgão federal, o estadual ou o municipal. Quer dizer, a preservação de uma pequena praça, vinculada a uma população que alí nasceu e alí habita deveria ser, na verdade, de uma maneira genérica, incumbência da municipalidade, isto é, da própria comunidade. Tornando-se consciente, ela vai pressionar sua municipalidade para a preservação. Se esse conjunto tem importância maior, que transcende a população que está alí, pode ser uma competência do Estado; se representa um patrimônio, um acervo ainda mais importante, seria uma competência da União. Porque não é possível a União ter a competência de preservar, em cada um dos quase quatro mil municípios brasileiros, em cada um dos milhares dos distritos dos municípios brasileiros, pequenas áreas que estão vinculadas a pequenos grupos pupulacionais. É uma coisa inteiramente inviável. Numa correlação, é como, por exemplo, a área da educação, onde o âmbito universitário é federal, o ginasial é do estado e o primário é municipal. Quer dizer, teríamos uma graduação de importância. Agora, cabe a União colaborar, e uma competência nossa é a de trabalhar para essa colaboração, ir às municipalidades, adensar os interesses comunitários, para que a municipalidade se convença, realmente, de que é importante preservar esses núcleos históricos. Por exemplo, no caso de um pequeno arraial, onde se pretende implantar uma indústria: ao dar autorização à indústria para que se implante, a municipalidade pode exigir, em contrapartida, que a própria indústria cuide de preservar aquele pequeno núcleo populacional, restaurando-o, evitando que ele seja destruído para que no seu lugar seja feito, por exemplo, um grande conjunto habitacional de prédios de apartamentos.

Depois de 40 anos de atividades do IPHAN restariam ainda muitos monumentos ou conjuntos a serem tombados?

Eu creio que há, principalmente, conjuntos a serem preservados. Há núcleos, há cidades, há centros de cidades a serem preservados. Alguns, aqueles mais importantes, que ainda não foram preservados por nós, devem vir a ser. Por exemplo: os núcleos históricos de Aracati e Icó, no Ceará, precisam ser preservados por nós, pois ainda não foram. Na área de Belém há ainda núcleos antigos muito importantes. Há, também, no Rio Grande do Sul, naquelas cidades de colonização estrangeira, pequenos arraiais, pequenos núcleos que têm importância maior que apenas o interesse local. Agora, grande parte do restante é um problema para as municipalidades, que devem criar mecanismos de preservação que desestimulem a renovação imobiliária nos núcleos históricos, levando-a para a periferia.

E o tombamento, ainda é a medida mais eficaz para a preservação?

Eu acho que é a principal medida para a preservação. Nós temos, por exemplo, um caso aqui no Rio de Janeiro, no chamado Corredor Cultural. Uma lei da prefeitura limitou em quatro andares o gabarito dos prédios localizados nessa área, que fica no centro da cidade. A medida desestimula a especulação imobiliária, mas não impede a descaracterização. Não impede que o prédio seja demolido ou tenha a sua fachada descaracterizada. Então, o tombamento é a medida mais eficaz, mais globalizante, e que tem amparo constitucional. E o município pode, e deve, ter a sua lei de tombamento. Porque o artigo 180 da Constituição, e que vem sendo repetido desde a de 1934, estabelece que ficam sob a proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico e artístico e os monumentos e as paisagens de valor notável, bem como as jazidas arqueológicas. É com base nesse artigo que está estruturado todo o sistema de proteção ao acervo cultural do país. Além disso, o artigo 23 do Decreto-Lei 25 estabelece que o poder executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto. Quer dizer, é proposta a existência de legislação complementar, que precisa estar harmônica com a legislação federal. E, dessa maneira, ela passa a ter valor constitucional.

Qual é, na sua opinião, a posição do Brasil entre os países da América Latina, no que diz respeito à proteção ao patrimônio cultural?

O Brasil tem tido a tendência, nos últimos anos, a se relacionar cada vez mais com os países hispano-americanos, dos quais estava muito isolado. Há quinze, vinte anos passados, o Brasil estava praticamente desligado da maioria dos países da América Latina. A não ser com a Argentina, com o Uruguai e um pouco com o Paraguai. No mais, todo o nosso relacionamento era com países da Europa. Nesses últimos quinze, vinte anos, tem havido um crescente relacionamento com os países hispano-americanos, fato muito importante para nós, porque os problemas são muito semelhantes. São países que têm dificuldades, porque têm áreas degradadas muito grandes, onde está exatamente o patrimônio histórico. São núcleos que estão estagnados, muitas vezes com população marginalizada, tudo muito diferente dos países europeus. Por outro lado, são países com crescimento demográfico muito grande, portanto com tendência à urbanização crescente. Então, os problemas são parecidos, e é muito útil esse inter-relacionamento, porque decorre disso uma troca de experiências como, por exemplo, a nossa relação, agora, com o projeto andino do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Brasil e a Argentina se incorporaram, o que é uma coisa muito boa para todos.

Nova abordagem para Cultura e Educação

"A experiência tem demonstrado que a maior parte das tentativas, patrocinadas por órgãos oficiais, de implantação de programas que pressupõem a participação ativa da comunidade, em que pese a intenção de se desenvolver uma verdadeira ação comunitária, termina por assumir quase sempre um cunho assistencialista que reforça a dependência da população, alcançando, portanto, objetivos opostos aos pretendidos. No caso particular da educação, é notório a queixa de planejadores educacionais, supervisores, orientadores, diretores e professores que a maioria dos pais — fração da comunidade mais interessada no processo educacional — não participa dos problemas da escola."

A partir do exame deste problema concreto, uma equipe de pesquisadores da Fundação Nacional Pró-Memória dimensionou "Cultura e Educação", um novo projeto que objetiva "proporcionar meios para a comunidade participar em todos os níveis do processo educacional, através da integração do mesmo às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem que tenham origem no repertório cultural da localidade".

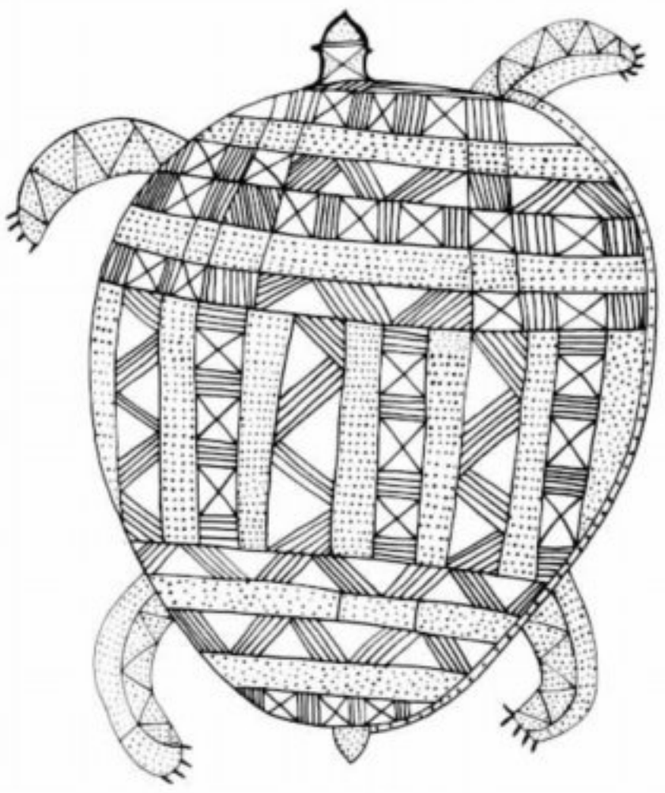
Na definição do problema, o projeto aponta ainda para o fato de que as explicações mais comuns para a dificuldade de se conseguir um efetivo trabalho comunitário em educação "deixam de levar em conta a complexidade de suas causas e as do próprio processo educacional". Ocorre, ainda, que esta complexidade é incompatível com abordagens setoriais do problema que privilegiam um determinado tipo de atuação ou tentam entendê-lo segundo a ótica de uma única ciência.

Assim, o projeto "Cultura e Educação" conclui que somente "uma abordagem cultural — aquela que se relaciona com a totalidade da vida societária da comunidade — será o tratamento que criará condições para que cada comunidade explicite o fazer educacional que lhe seja adequado, uma vez que a cultura brasileira é a unidade resultante da pluralidade e diversidade de subculturas".

"Nesse sentido, as ações levadas a efeito visando melhorar a produtividade dos sistemas de ensino, tais como a elaboração de novos currículos, a introdução de novas metodologias de ensino, o aperfeiçoamento de docentes, a elaboração de materiais didáticos, a implantação do programa de merenda escolar e a ampliação ou implantação de serviços de supervisão devem ser redirecionadas a partir de uma abordagem cultural do processo educacional."

Em sua fase inicial, a ser realizada durante este ano, o projeto deverá ser desenvolvido através de três subprojetos. No primeiro serão utilizadas duas escolas, sendo uma em Ouro Preto e outra em Cachoeira do Brumado, distrito de Mariana, em Minas Gerais. No segundo serão utilizadas uma escola no distrito sede e outra em distrito rural do município de Orleans, em Santa Catarina. O terceiro será desenvolvido em apenas uma escola no distrito sede do município de Tracunhaém, em Pernambuco. O critério de escolha dos municípios baseou-se no fato de que a Fundação Nacional Pró-Memória já desenvolve, em cada um deles, trabalhos na área cultural. Para o final de 1980 espera-se que o projeto tenha conseguido dimensionar, juntamente com as comunidades, uma proposta de implantação do experimento para as quatro classes de escolarização inicial. A partir daí serão projetadas as fases subseqüentes.

O projeto "Cultura e Educação" já foi apresentado e discutido com o INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, órgão do Ministério da Educação e Cultura, com vistas à obtenção de apoio financeiro. Também foi examinado pelos responsáveis pelos dois programas prioritários do MEC, o de Ações Sócio-Educativas e Culturais Para as Populações Carantes Urbanas e o de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural. Por sua vez, o BNB — Banco do Nordeste do Brasil também participará do projeto, já tendo alocado recursos para financiar parte dos trabalhos em Tracunhaém.



Umas das dez pranchas em preto e branco: tartaruga desenhada por índios de tribo não identificada.

Indios brasileiros

Visando a aproximar — de modo mais concreto — as crianças e os índios do Brasil, a Fundação Nacional Pró-Memória concebeu uma coleção de reproduções de símbolos da cultura indígena, editada pelo Ministério do Interior.

A distribuição, para uso livre das crianças, iniciou-se, durante a Semana do Índio, em algumas escolas da rede oficial e privada de Brasília. Os resultados desta experiência estão sendo acompanhados e servirão de parâmetro para orientar uma distribuição mais ampla, a nível nacional. A revista "Interior", cuja tiragem é de 55 mil exemplares, reproduziu a coleção em suas páginas centrais, sob a forma de encarte.

O texto de apresentação das dez pranchas sugere os objetivos da iniciativa: "Como um brinquedo, cuja finalidade é divertir, esta coleção, sem dúvida, confunde e, ao mesmo tempo, pretende reordenar. À escolha inicial, impressionista, sugerida pela memória de cada um, sucederam-se outras baseadas em critérios sistematizadores, logo abandonados. Ao fim, chegou-se a uma coleção de pranchas, do mesmo modo como as crianças juntam selos. Não pelo seu valor intrínseco ou perfeição da série, mas como um meio de troca e aproximação. Fica, pois, declarado o objetivo. Que as crianças brinquem com 'selos' de alguns dos 150 Povos Indígenas do Brasil. Cuidaremos de produzir outras séries. Um dia isto talvez lhes sirva para trocas, aproximações e, quem sabe, correspondência."

Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória.
SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Ministério da Educação e Cultura.
Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K, Cxp 04-0150.
Rio de Janeiro: Rua da Imprensa, 16, 8.º andar, Palácio da Cultura.

OBRAS

IGREJA DE SÃO MIGUEL (SP)

A SPHAN, através de sua 8.ª Diretoria Regional (São Paulo e Paraná), concluiu a primeira etapa das obras programadas para a capela de São Miguel. Esta capela, construída em 1622, é remanescente do antigo assentamento jesuítico de São Miguel, localizado nas proximidades da cidade de São Paulo. Tombada em 1938, ela foi objeto das primeiras obras de restauração entre 1939 e 1942.

No momento foram executados serviços de conservação, envolvendo a recuperação da cobertura, consolidação das partes danificadas das paredes de taipa de pilão e revestimentos.

Um dos principais problemas enfrentados durante o desenvolvimento dos trabalhos foi a dificuldade de aquisição de telhas antigas. O problema foi solucionado com o emprego de novas telhas, de fabricação industrial e de igual dimensão das antigas, para as "bicas". Para as "capas" empregaram-se peças originais não danificadas, garantindo assim a permanência de uma das principais características dos antigos telhados.

Capela de São Miguel Paulista: o mais difícil foi manter as características do telhado.



Lapa, Paraná: a última Casa de Câmara e Cadeia.

MUSEU DA LAPA (PR)

A SPHAN vem realizando obras de restauração na Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Lapa, que é o único remanescente arquitetônico de tal tipo de edificação no Estado do Paraná.

O prédio, cuja construção foi concluída em 1868 por Francisco Therezio Porto, possivelmente de acordo com projeto do engenheiro Frederico Guilherme Virmond, funcionou até as primeiras décadas deste século nas suas funções originais. Posteriormente, abrigou o Museu Municipal e, mais recentemente, a Escola Normal da cidade.

Pretende-se, com a recuperação do antigo prédio, possibilitar a instalação do Museu da Cidade da Lapa, bem como criar espaço adequado à exposição do acervo das peças tombadas pertencentes à Coleção "David Carneiro".

Os serviços executados até agora, que contam com a colaboração da prefeitura municipal, envolveram a total recuperação da cobertura e consolidação da estrutura do edifício. A 8.ª Diretoria Regional da SPHAN está providenciando agora a contratação de equipe profissional para execução do projeto museográfico e estabelecimento de diretrizes museológicas que deverão orientar as atividades do novo museu.





Barroco Latino-Americano tem programação em Roma

Desde fevereiro deste ano, desenvolve-se em Roma extensa programação sobre as variadas manifestações do barroco na América Latina, promoção do Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA). O evento principal ocorreu de 21 a 24 de abril, com a realização de um Simpósio Internacional que possibilitou um debate interdisciplinar sobre o barroco latino-americano como fenômeno cultural.

O simpósio dividiu-se em cinco secções, dedicadas ao pensamento, a arquitetura, as artes plásticas, a música e a literatura barroca. O diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, arquiteto Augusto da Silva Telles, foi um dos relatores sobre a arquitetura barroca, juntamente com Jorge Alberto Manrique, do México, e Graziano Gasparini, da Venezuela.

No trabalho que apresentou ao Simpósio — *O Barroco no Brasil/Análise de sua bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvidas* — o arquiteto Silva Telles propõe, ao final, a organização de pesquisas, estudos, análises e críticas da arquitetura barroca que se fez no Brasil, a ser realizada no âmbito do Barroco em geral e, em especial, do Português do Italiano, do da Europa Central, e do realizado na América Hispânica.

Compreensão mais profunda

Antes de viajar para Roma, onde participou do Simpósio Internacional sobre o Barroco Latino-Americano, o arquiteto Augusto Silva Telles destacou a importância do encontro promovido pelo Instituto Ítalo Latino-Americano e disse que a iniciativa, a primeira do gênero, pode resultar em grandes benefícios para a compreensão mais profunda das manifestações barrocas nos diversos países da América Latina.

De acordo com Silva Telles, a tendência predominante até hoje foi a de se estudar o barroco em cada país isoladamente; no caso do Brasil, os estudos têm sido feitos relacionando-o com Portugal. Na sua opinião, são muitos raros os estudos mais amplos, apesar de se saber que sempre existem influências marcantes entre os países que assimilaram as manifestações barrocas.

O diretor de Conservação e Restauração da SPHAN acredita que o Instituto Ítalo Latino-Americano tem condições de dar uma colaboração decisiva para que o estudo do barroco passe a ser feito considerando-se os diversos países da América Latina. Ele explicou que nos países da América hispânica, após os primeiros anos de colonização, a arquitetura vinda da Espanha sofreu uma miscigenação da cultura dos povos nativos.

No Brasil, ainda segundo Silva Telles, a transposição da arquitetura portuguesa se deu diretamente, passando, porém, por adaptações "às condições de sensibilidade, clima, materiais de construção disponíveis, localização e sistema econômico e social". A arquitetura brasileira é nitidamente portuguesa. "Caracteres próprios e diferenciados — explica Silva Telles — ocorreram, por vezes, em um outro sítio, em algumas obras específicas, de autoria de determinados engenheiros, arquitetos ou mestres". Na sua opinião, "as adaptações são mais claras na arquitetura residencial, rural ou urbana — arquitetura vernacular; assim, a casa do Norte (em clima quente e úmido), se diferencia da do agreste e do sertão do Nordeste (com clima quente e seco), da litorânea do Nordeste, Bahia, e Rio de Janeiro, da casa de Minas Gerais, da paulista, da do Sul, e daquelas do Centro Oeste — assunto ainda muito pouco estudado no Brasil". Silva Telles ressalva, porém, que a arquitetura religiosa e a civil de caráter nobre — eruditas — são mais homogêneas ao longo de todo o país, e o relacionamento com a metrópole — Portugal — mais claro e constante, a despeito das diferenciações que ocorrem.

No final da comunicação que apresentou ao Simpósio, o arquiteto Silva Telles afirma:

— Ao concluirmos esta análise crítica da bibliografia sobre a arquitetura barroca que se fez no Brasil, e ao apontarmos, com relação a esta arquitetura, pontos de certezas, de consensos e, outros, de dúvidas; ao sugerirmos, para diferentes casos, questões para reflexão, para estudo ou revisão de situações, queremos propor a necessidade de serem programados planos de estudos, análises e discussões do barroco brasileiro. Pesquisas, análises e discussões que visem abordar suas características próprias, mas, também, sua interrelação com as obras realizadas em Portugal e, de uma forma geral, em outras áreas, especialmente na Itália, na Europa Central, mas, também, na América Hispânica, e que deverão ser feitas por equipes brasileiras, em conjugação com as dessas outras áreas, para uma maior troca de conhecimentos de idéias, para uma maior compreensão real do conhecimento do Barroco".

ONZE MESES

A programação preparada pelo Instituto Ítalo Latino-Americano (IILA) teve início a 27 de fevereiro, com a estréia mundial do filme documentário *O Anjo e a Sereia / Viagem através do barroco latino-americano*, dirigido por Folco Quilici e rodado em onze países da América Latina. O filme tem uma hora de duração e, do Brasil, mostra imagens colhidas por Quilici, no ano passado, em núcleos históricos de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e do Nordeste. Idealizado e produzido pelo IILA, o filme, depois de exibido em Roma, terá cópias distribuídas para os principais países do mundo.

Em 29 de fevereiro, também em Roma, começou o ciclo de concertos de música barroca latino-americana, com um programa interpretado pelo Coro de Câmara da

RAI (Rádio Televisão Italiana), incluindo obras de Domenico Zipoli, Juan de Herrera, Juan de Riscos, Antonio Ripa, Gutierre Fernández Hidalgo, Tomás de Torrejón y Velasco e Ignazio Celoniat. O programa é executado pela primeira vez na Europa e inclui, também, música barroca de Minas Gerais, além da primeira ópera de câmara composta na América Latina, *La Purupura de la Rosa*, concluída em 1701. De acordo com a programação, serão realizados, ao todo, sete concertos.

Em abril, dia 29, foi inaugurada a Mostra de Arquitetura e Artes Plásticas, organizada por uma equipe de especialistas chefiada pelo Professor Paolo Portoghesi e integrada pelo Professor Marcello Fagiolo, e pelos arquitetos Gianpaolo Ercolani, Vicenzo Cazzato e Raffaele Davanzo. Compõem-se a exposição de peças de escultura, pintura, prataria, mobiliário e artesanato procedentes de diversos museus e coleções particulares da Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Panamá e Perú. O Brasil enviou para a exposição as seguintes peças: duas moldagens de originais (Santa Mônica e São Pedro Arrependido) de autoria de Frei Agostinho da Piedade, datadas do século XVII; imagem, original, de São Joaquim, datada do início do século XVIII; imagem, original, de São José, do final do século XVII; e coroamento de altar reproduzindo a Santíssima Trindade, atribuído a Francisco Xavier de Brito, e pertencente ao acervo do Museu da Inconfidência. A moldagem de um dos profetas de Aleijadinho, prevista para integrar a exposição, não foi enviada para Roma, devido aos custos exorbitantes de transporte, por se tratar de uma peça com cerca de duas toneladas de peso.

Também em abril, mas no dia 23, foi aberta a exposição de livros e partituras relativas ao barroco latino-americano. Todo o material bibliotecário, fotográfico, plantas, partituras etc., será copiado pelo Instituto e se destinará a um futuro Centro de Estudo do Barroco Latino-americano, que será constituído pelo IILA.

SPHAN trata da preservação do acervo de Belém do Pará

O Convento das Mercês, em Belém, deverá ser adaptado para receber os cursos da área de artes e música da Universidade Federal do Pará, de acordo com o convênio que será assinado entre aquela universidade e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Convento, edificado entre o final do século XVII e início do XVIII, abrigava parte da alfândega de Belém e foi atingido por um incêndio em 1978, estando atualmente em restauração.

Pertencente à União, o Convento das Mercês possui uma ala construída no século XIX que, de acordo com o anteprojeto de readaptação, seria destinada à instalação de um auditório. O convento abrigaria, também, a sede da 1.ª Diretoria Regional da SPHAN. Os entendimentos para a nova utilização do convento foram mantidos pelos arquitetos Augusto da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN, e Jorge Derenji, diretor da 1.ª Diretoria Regional, em Belém.

O arquiteto Silva Telles tratou, também, com autoridades municipais e estaduais, da questão da definição do uso do solo e do trânsito nas regiões próximas às áreas tombadas de Belém, principalmente junto ao mercado do Ver o Peso, Praça D. Pedro II, Boulevard Castilhos e Praça do Castelo.

Com relação à questão do trânsito, discute-se atualmente com o Geipot e a EBTU a adoção de uma via optativa para resolver o problema representado pelo tráfego que, vindo da Zona Oeste de Belém, atravessa o Boulevard Castilho e dobra na doca do Ver o Peso, o que vem causando transtornos àquela região de preservação.

Boulervard Castilhos: questões de uso do solo



Manaus: preservar conjuntos

Depois da visita a Belém, o arquiteto Augusto da Silva Telles viajou a Manaus, onde se reuniu com a comissão nomeada pelo Governo do Estado para listar os edifícios que devam ser preservados. A comissão é coordenada pelo Vice-Governador do Amazonas e, na primeira etapa dos trabalhos, foram relacionados 70 prédios, todos construídos entre o final do século XIX e início do XX.

O Estado do Amazonas já possui legislação de proteção ao patrimônio cultural e a proposta da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a de que, além dos prédios já relacionados, seja concentrado esforços no sentido da preservação dos seguintes conjuntos: sobrados junto ao porto; grupo de casas junto à praça da prefeitura; e grupo de casas junto às praças da Catedral e do Mercado.

Um dos prédios que se destaca na relação preparada pela Comissão é o da Biblioteca Estadual, edifício de estrutura metálica, construído final do século XIX. A SPHAN comprometeu-se a conseguir um bibliotecário para reestruturar os serviços e enviou um de seus técnicos para vistoriar as condições da estrutura metálica do prédio.

CONSELHO DE TURISMO APOIA PROGRAMA DE PRAIA GRANDE

O Conselho Nacional de Turismo aprovou proposta apresentada pela SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, resolvendo considerar "de elevado interesse para o desenvolvimento da atividade turística do país" o Programa de Revitalização da Praia Grande na cidade de São Luis, Maranhão. Com isto, a EMBRATUR deverá alocar recursos do Fundo Geral de Turismo para apoio ao programa.

A proposta de resolução foi apresentada pelo professor Aloísio Magalhães, Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, ao Conselho, do qual é um dos membros, na reunião que este organismo realizou, em março passado, na capital maranhense.

As reuniões do Conselho são freqüentemente realizadas em locais de interesse turístico, a fim de que seus participantes possam conhecer de perto ou se atualizar sobre a realidade econômica, social e cultural das localidades. No caso da reunião de São Luis, o professor Aloísio Magalhães fez uma exposição sobre a importância cultural e turística de Praia Grande, um dos mais importantes sítios históricos brasileiros, que corresponde à parte antiga da capital maranhense.

O Programa de Revitalização de Praia Grande está sendo desenvolvido pela SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com outros organismos federais, estaduais e municipais e inclui, entre outras iniciativas, a restauração do conjunto de edificações e a dinamização das atividades pesqueiras e portuárias do bairro, que constituem as principais atividades econômicas de seus moradores (IPHAN 4, p. 1 a 4).

Em seu pronunciamento, Aloísio Magalhães lembrou que as decisões que se tomam "no sentido de dinamizar, de ativar, de fazer permanecer no tempo, os admiráveis espaços de Alcântara e São Luís do Maranhão" devem ser coerentes e harmoniosas com a trajetória histórica que confirmou, através do tempo, a identidade destes locais.

"Isto nos leva — acrescentou — a uma reflexão no que diz respeito à atividade turística, que a meu ver deve estar sempre presente nas nossas atividades. É que, quando se diz que turismo é uma indústria, ela o é no sentido da infraestrutura, de tudo aquilo que diz respeito ao apoio material que permita um outro sentimento, este verdadeiramente profundo e importante, que é o verdadeiro sentido do turismo, qual seja o de ser um fenômeno de comunicação inerente ao homem, o profundo desejo de conhecer o outro, de entrar em contato com outras realidades, de ser participante, tanto quanto possível, da realidade do seu próximo e, como tal, o turismo transcende muito os aspectos materiais de que depende para sua execução, transcende no sentido de conter um coeficiente de uma importância enorme que é esse fenômeno de comunicação humana."

SEMINÁRIO DO ICOMOS NA BAHIA

Será realizado em Salvador, no próximo mês de julho, um seminário sobre "Revitalização dos Centros Históricos e Conscientização das Comunidades", promovido pelo comitê brasileiro do ICOMOS — International Council of Monuments and Sites, com apoio da SPHAN — Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC) e da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

O seminário, com duração prevista para três dias, deverá ter a participação, além dos membros do comitê brasileiro do ICOMOS, de dirigentes de órgãos federais, estaduais e municipais e profissionais relacionados com o assunto.

O temário do encontro consta dos seguintes itens: planejamento de conservação, restauração e revitalização dos centros e núcleos históricos, preocupando-se especialmente com a metodologia, a abrangência e o compromisso da administração local; implantação dos planos de revitalização, que se subdivide em cooperação dos diferentes níveis administrativos e dos grupos da comunidade e sistemas de financiamento de infraestrutura e de planejamento da habitação; relacionamento das comunidades locais e sua participação na revitalização dos núcleos históricos, que se preocupa com os sistemas de informação e divulgação.

PRÓ-MEMÓRIA E CNPq FAZEM CONVÊNIO

A Fundação Nacional Pró-Memória e o CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de seus presidentes, Aloísio Magalhães e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, respectivamente, assinaram, dia 20 de março, na sede da Pró-Memória, em Brasília, um convênio de cooperação entre os dois órgãos.

O convênio tem como objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas para a identificação de manifestações culturais de importante sentido histórico, artístico, tecnológico e etnográfico, bem como a de sítios e paisagens de valor excepcional. Prevê ainda a classificação, o referenciamento, a conservação e a revitalização destas manifestações e bens culturais, considerados na sua relação com a dinâmica cultura brasileira.

A cooperação entre a Pró-Memória e o CNPq será realizada mediante termos aditivos ao convênio ou pela contratação de serviços específicos, os quais determinarão os prazos de vigência respectivos. O convênio estabelece ainda que as duas instituições poderão firmar outros convênios ou acordos com organismos federais, estaduais ou internacionais, com vistas a um melhor aproveitamento dos objetivos de cooperação, incluindo a possibilidade de recebimento de recursos advindos destes outros órgãos.

A assinatura deste convênio dá prosseguimento à política de trabalho da Fundação Nacional Pró-Memória, no sentido de articular esforços de diferentes organismos que tenham algum tipo de interesse coincidente com os objetivos da Fundação, ou seja, a preservação e a revitalização dos bens culturais brasileiros entendidos de forma abrangente, isto é, bens móveis e imóveis, o patrimônio cultural e artístico e também o natural.

TÉCNICOS BRASILEIROS NA ALEMANHA

Seis técnicos brasileiros, dirigentes de entidades públicas federais, estaduais e municipais responsáveis pela formulação, coordenação e execução de políticas em áreas urbanas de valor cultural, realizaram viagem de estudos à República Federal da Alemanha, cumprindo extenso programa de visitas a instituições ligadas à preservação do patrimônio histórico daquele país.

A viagem teve por objetivo conhecer o aparato institucional relacionado com o processo de elaboração e operacionalização de planos urbanos em áreas de valor cultural; obter informações sobre o sistema de zoneamento e uso do solo, incentivos fiscais e mecanismos financeiros aplicáveis àquelas áreas e, por fim, verificar as formas de participação comunitária no processo de elaboração e implantação de planos e as inter-relações existentes entre os diversos níveis do executivo e do legislativo.

Os técnicos brasileiros indicados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, foram os seguintes: Henrique Oswaldo de Andrade, coordenador do Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC) e chefe da Divisão de Conservação e Restauração do SPHAN/FNPM; Diogo Lordello de Mello, Diretor Regional da SPHAN/FNPM; Gabriel Bodin de Moraes, Diretor Executivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Paulo Roberto Barros e Silva, Diretor Presidente da Companhia de Urbanização de Belo Horizonte e Maria Adriana Almeida Couto de Castro Ordenador do Plano de Desenvolvimento Integrado do Pelourinho e chefe da Divisão de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

A viagem, patrocinada pelo governo da República Federal da Alemanha, teve a duração de 10 dias e os seus participantes estiveram as cidades de Frankfurt, Wiesbaden, Mainz, Rüdesheim, Limburg, Marburg, Heidelberg, Freiburg, Munique e Regensburg.

SPHAN E INDUR TÊM PLANOS PARA GOIÁS E PIRENÓPOLIS

O projeto Goiás, que vem sendo desenvolvido há alguns meses pela Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com entidades federais, estaduais e municipais (IPHAN n. 4, p. 9), deverá ganhar uma nova dimensão com a participação também da cidade de Pirenópolis. Entendimentos nesse sentido estão sendo mantidos com o INDUR — Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional da Secretaria de Planejamento Estadual e com a Fundação Cultural de Goiás.

A idéia partiu da constatação de que estas duas históricas cidades goianas estão passando por um momento crítico de crescimento que provoca preocupações com a proteção de seu patrimônio, também porque nestes anos pela primeira vez, o Estado de Goiás participa do Programa de Cidades Históricas da SPHAN através da referida Fundação Cultural.

Os entendimentos mantidos entre SPHAN/FNPM e INDUR visam a estabelecer um programa de desenvolvimento urbano para as cidades de Goiás e Pirenópolis tendo em vista, principalmente, diretrizes de uso do solo, áreas de preservação, áreas de expansão e proteção das margens do rio. Ao mesmo tempo seriam estabelecidas algumas obras prioritárias, como por exemplo, sistema de saneamento básico, desvio de tráfego pesado, nova rodoviária e área para carga pesada no caso de Goiás, e quanto a Pirenópolis, estabelecimento de áreas de expansão do núcleo e proteção das margens do rio Maranhão, entre outras.

Para a consecução dos objetivos estabelecidos prevê a assinatura de convênio entre o SPHAN/Pró-Memória e governo estadual. Como sistemática de trabalho, o INDUR pretende nomear um técnico para acompanhar em tempo integral a elaboração do projeto de desenvolvimento urbano, prestando apoio e assessoria às prefeituras locais e também para manter diálogo permanente com as comunidades.

CURSOS PARA ARQUITETOS BRASILEIROS E PORTUGUESES

Realizou-se no mês de junho em São Paulo, terceiro curso promovido pela Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, entidade fundada em 1976 que se destina a desenvolver estes especialização, que até agora praticamente não existe no Brasil, tal como vem sendo entendida internacionalmente.

A arquiteta Rosa Grena Kliass, presidente da Associação Paulista de Arquitetos Paisagistas e fundadora da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, explica que o curso de especialização em paisagismo urbano visa dar uma formação de profissionais no setor. Este curso de pós-graduação, que abrange um período de dois anos, procura despertar a atenção especialmente de arquitetos que trabalham em projetos municipais e oferecer subsídios para o planejamento paisagístico em áreas urbanas, dando ênfase ao estudo da vegetação como elemento estruturador do espaço urbano.

Apesar de muito recente, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas é filiada à International Federation of Landscape Architects, criada em 1948, cuja sede atualmente encontra-se em Alemanha. Já foi realizado no Brasil um congresso internacional em setembro de 1978, na cidade de Salvador. No último encontro da referida entidade internacional, o Colégio Brasileiro propôs a criação de um Conselho Regional Latino-Americano de Arquitetos Paisagistas que terá sede em Buenos Aires.

PESQUISA COMPARA ARQUITETURA DE BRASIL E PORTUGAL

Um dos mais importantes arquitetos de Portugal, Nuno Portas Pereira, está realizando uma viagem pelo Brasil com vistas a um estudo comparativo sobre a arquitetura tradicional dos dois países.

Nuno Pereira, professor da Escola de Arquitetura de Lisboa e formador de toda uma nova geração de arquitetos portugueses, foi o primeiro profissional daquele país a se dedicar à arquitetura contemporânea.

Sob orientação da SPHAN — Pró-Memória e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Nuno Pereira está conhecendo as principais cidades brasileiras no que diz respeito ao seu objeto de pesquisa. Nesta primeira viagem o arquiteto deverá recolher os primeiros elementos que lhe permitam prosseguir o trabalho em viagens posteriores.

Em última análise, o estudo procura constatar os pontos em que a arquitetura colonial brasileira foi apenas o prolongamento da portuguesa em que medida ela manteve certa autonomia pela incorporação de novos elementos e também o retorno da influência portuguesa através da chamada "casa brasileira".

Nuno Pereira é autor de uma importante pesquisa envolvendo as formas de habitação popular em Portugal, realizada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, e inventariou a arquitetura da capital portuguesa desde a Idade Média até o século XIX. Neste trabalho também agora na pesquisa sobre o Brasil as fotografias são de autoria de Duarte Duarte, fotógrafa brasileira radicada há alguns anos em Portugal.

Brasil. Ministério da Educação. *O Brasil por seus artistas. Brazil through its artits.* Texto e seleção de obras por Walmir Ayala. Brasília, sem data.

"O Brasil como pretexto, o Brasil geográfico, simbólico, natural, festivo e histórico — o tema deste livro. O Brasil visto, isto é, identificado por imagens que lhe dizem respeito, em corpo e alma. Pintores de várias gerações e tendências, cobrindo quase dois séculos, retratando as florestas cerradas, os espaços litorâneos, os complexos urbanos, tipos representativos de nossa raça mista, animais, frutos e objetos da nossa vida."

Eis como se apresenta *O Brasil por seus artistas*, álbum editado pelo Departamento de Documentação e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura. O livro é "uma compilação de aspectos típicos do Brasil sob a ótica de seus artistas", ainda segundo a apresentação, "destinada aos apreciadores da arte, aos pesquisadores e a todos aqueles que, de qualquer forma, se interessam pela pintura brasileira".

De fato, ao percorrer suas 211 páginas, esses e outros públicos certamente concordarão que os objetivos do livro foram preenchidos pelas 100 reproduções de quadros que procuram mostrar, segundo a divisão do próprio livro, A Paisagem, A Vida e Os Símbolos e Reinos Naturais do Brasil.

Lá estão, como não poderiam faltar, exemplares das mulatas de Di Cavalcanti, das suaves paisagens mineiras de Guignard, dos vigorosos afrescos de Portinari, das alegres bandeirinhas de Volpi ou da poética simplicidade de Djanira. E tantos outros, igualmente famosos ou menos conhecidos do grande público, contemporâneos ou representantes de um passado próximo, que a sensibilidade de Walmir Ayala (também autor dos textos) soube selecionar, acertando na intenção de formar um painel simultâneo de Brasil e de pintura brasileira.

A edição, corretamente, não é de luxo, mas muito bem cuidada, principalmente na qualidade de reprodução das obras que, afinal, é o que interessa numa publicação deste tipo. Observe-se ainda a sobriedade da programação visual, a cargo de Reginaldo Jorge da Silva. Mas, o livro ressente-se, talvez, da falta de um índice completo que facilitasse a localização deste ou daquele quadro.

GOUVÊA, Luis Alfredo de Campos — *Pirenópolis, uma proposta de revitalização do patrimônio ambiental urbano;* trabalho de diplomação, Universidade de Brasília, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 1979.

A proposta constituiu-se no trabalho de diplomação de Luis Alfredo de Campos Gouvêa, no curso de arquitetura da Universidade de Brasília e começa por um apanhado da trajetória histórica pela qual passou a cidade goiana de Pirenópolis. Nas palavras do autor, "Pirenópolis, cidade típica da expansão bandeirista em Goiás, fundada em meados de 1731, teve, assim como dezenas de outras cidades da época, uns poucos momentos de glória em função da mineração. Posteriormente, em face da privilegiada localização geográfica, eixo das principais rotas para São Paulo e Minas, Pirenópolis não entra em decadência com o fim do ciclo do ouro. Em pouco tempo se consolidava como um dos principais centros comerciais de Goiás e também como único lugar onde se tentava uma agricultura de exportação."

Gouvêa observa em seguida que o surgimento de Goiânia e a construção de novas estradas vieram transferir para Anápolis as características de centro comercial, deixando Pirenópolis totalmente às margens do desenvolvimento. "Esta situação — diz o autor — veio a contribuir para a preservação da cidade que, sem sombra de dúvidas, acumulou nestes 150 anos um dos mais significativos acervos arquitetônicos de Goiás. São edifícios simples que no decorrer do tempo adquiriram um significado histórico e humano — a comunidade, apesar das enormes dificuldades, vem preservando suas tradições, principalmente suas festas, sendo hoje Pirenópolis conhecida em todo o país pela festa do Divino Espírito Santo".

"Com a construção de Brasília — prossegue o trabalho — muita coisa mudou para as cidades que até então permaneciam 'esquecidas' no interior de Goiás. O desenvolvimento rápido e desordenado tem significado a destruição de todos os valores e bens culturais destas localidades; como é o caso de Luziânia, cidade mais próxima de Brasília, que hoje já não conta com parte significativa do seu patrimônio cultural."

Segundo o autor, "o IPHAN por sua vez não vem conseguindo bons resultados na sua tarefa de preservar. Devido à falta de recursos, se restringe a salvar alguns monumentos, numa política muitas vezes antipática às comunidades locais, deixando em conseqüência disto de promover um trabalho comunitário que na verdade é o único instrumento eficaz de preservação".

Partindo do princípio de que a comunidade deve ser consultada e que seus interesses têm que ser respeitados, Gouvêa desenvolve em seguida sua proposta de conciliar a preservação dos bens e valores culturais com o desenvolvimento da cidade.

"Através de um diagnóstico se identificou e avaliou as condições em que se encontram os bens e valores culturais de Pirenópolis dentro de um contexto global, onde as condições sócio-econômicas e políticas nos deram as variáveis necessárias para tecer algumas considerações e recomendações referentes ao planejamento regional, à revitalização urbana e dos edifícios, ao aproveitamento dos recursos naturais, ao turismo e à educação."

Tais considerações e recomendações devem ser entendidas como algo a ser discutido e criticado pela população, diz o trabalho. Assim, "uma equipe técnica entrará como catalizadora do processo, levantando problemas e discutindo as alternativas de solução junto à comunidade, numa perspectiva de capacitar a população a se posicionar primeiramente frente a problemas específicos, se organizando em associações independentes, de maneira a conduzirem suas reivindicações a nível urbano e posteriormente a nível mais amplo".

E conclui: "desta forma estamos certos de fazer da revitalização de Pirenópolis um instrumento de reivindicações das reais necessidades de sua comunidade e ao mesmo tempo teríamos a maneira mais eficaz de se preservar conscientemente os valores e os bens culturais do município."

Chegando em seu quinto número, IPHAN já conta com um volume consideravelmente grande de correspondência, o que nos dá a medida da repercussão que o informativo está obtendo e nos permite concretizar uma intenção que existia desde o início: abrir esta seção de cartas. Por motivo de espaço, nem todas as cartas poderão ser transcritas na íntegra, mas teremos todo o empenho em reproduzir o que delas acharmos essencial.
Como via de efetivo diálogo com o leitor, a seção buscará sempre publicar respostas às cartas e, nos casos em que se fizer necessário, enviaremos também correspondência pelos correios.
As cartas para IPHAN devem ser dirigidas a: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília, DF.

MADEIRA-MAMORÉ

"... como professor de Evolução dos Transportes, na Universidade Federal da Bahia, tenho especial interesse por essa área da memória nacional. Foi, portanto, com alegria que vi o interesse de vocês pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
Gostaria também de saber como qualquer cidadão pode fazer para colaborar com o Programa, pois pretendo divulgar, em minha página dominical, no Jornal da Bahia, um apelo nesse sentido".
Adoniel Motta Maia - Salvador - BA.

NR — O Coordenador do Projeto "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré" está lhe encaminhando correspondência neste sentido. De toda maneira, é bom esclarecer que, "qualquer cidadão" que possua material bibliográfico, iconográfico ou mesmo testemunho sobre o assunto poderá nos escrever e contatos pessoais serão mantidos entre nossa equipe e o colaborador.

"Pela última entrega do correio, recebi o IPHAN 4 (janeiro/fevereiro 1980). Na página 19 do periódico em apreço noticia-se a conclusão da 1.ª etapa das obras e o início 'nas próximas semanas' da etapa final das obras, 'de modo a permitir que ainda este ano o prédio (do Forte de São Marcelo) esteja pronto para receber o Museu Histórico Naval da Bahia'. Informa-se mais que a instalação do Museu está a cargo do Serviço de Documentação Geral da Marinha e o responsável é o comandante Marcos (sic) *Guedes*.
Parece-me necessário, a vista de tal afirmação — e visando a resguardar reputação que, Deus louvado, venho lutando arduamente para preservar nestes longos anos de vida — seja lembrado ao ilustre Diretor-Geral que, até a presente data a minha colaboração para a instalação do 'Museu Histórico Naval da Bahia' (péssimo nome, pois o material disponível é muito mais abrangente do que o significado do vocábulo 'naval') tem sido feita em caráter de assessoria a Fernando da Rocha Perez, que me fez a solicitação, historiada no recorte anexo.
Deixei bem claro a Perez que não possuo tempo para me responsabilizar pela instalação do Museu (tenho 15 cargos e encargos extra-Marinha não remunerados, todos, na área cultural ou cívica), obra certamente a ser feita por *equipe de museólogos*. Propus-me, isto sim, a selecionar as peças para o acervo e a seqüência delas nas salas, minutar painéis, indicar modelistas navais, especialistas em artilharia, enfim, todo um conjunto de pessoas que deveriam trabalhar para tornar possível um museu do porte do planejado.
Pedi-lhe, em decorrência, que apresentasse a pessoa que, sob minha orientação, coordenaria a equipe. Infelizmente, até a presente data, não houve tal indicação, o que impossibilitou qualquer ação da minha parte, e exceto especulações teóricas sobre o acervo.
Outrossim, diversas vezes alertei a Augusto da Silva Telles sobre o longo prazo requerido pela restauração das peças do Galeão 'Sacramento' (núcleo principal do acervo) e a relativamente elevada importância pedida pelo arqueólogo Ulisses Pernambucano de Mello, para completá-la.
V. Exa. e eu temos, igualmente, desde setembro passado, compromisso para encontro com o Almirante Fernando Ernesto Carneiro Ribeiro — grande incentivador do Museu e dos trabalhos de arqueologia submarina, o maior responsável pela recuperação das peças do 'Sacramento' — de molde a traçarmos estratégia para obtenção de recursos, encontro ainda não marcado por V. Exa., naturalmente em razão das inúmeras atividades que o assoberbam.
De todo o exposto pode-se concluir que, embora altamente interessado em levar a cabo a montagem do Museu, *não sou eu o responsável por ele!* Tal responsabilidade é, obviamente, da SPHAN e, em especial, de seu delegado distrital na Bahia. Estou pronto, como fiz até agora, a assessorá-lo e dar-lhe a melhor parcela de meus esforços, inclusive efetuando os contatos com a Marinha, dona do acervo e do usufruto do Forte, para que tudo passe à SPHAN. Para isto tenho feito numerosas viagens a Salvador, sem qualquer ônus para o antigo IPHAN.
Peço-lhe, em decorrência, a especial gentileza de, em documento oficial, estabelecer as reais intenções dessa Secretaria para que, no futuro, não recaiam sobre meus ombros, indevidamente, responsabilidades, críticas e até culpas pelas dificuldades, atraso ou falhas que vierem a ocorrer na instalação do Museu..."
Max Justo Guedes — Rio de Janeiro - RJ

NR — IPHAN 4 publicou que a responsabilidade da instalação do Museu Naval no Forte do Mar, em Salvador, "está a cargo do Serviço de Documentação Geral da Marinha e o responsável é o Comandante Marcos Guedes". A editoria pede desculpas pelos equívocos: a responsabilidade da instalação é da SPHAN e o nome correto do Diretor Interino do Serviço de Documentação Geral da Marinha é Max Justo Guedes. Quanto aos demais assuntos tratados na carta acima publicada, o Secretário da SPHAN está lhe encaminhando correspondência.